

# Acompanhamento da Execução Orçamentária

EXERCÍCIO 2021

**TCMIRJ**

**TRIBUNAL DE CONTAS  
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

## APRESENTAÇÃO

No Município do Rio de Janeiro, o controle externo é exercido pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro (CMRJ), com o auxílio do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRJ), conforme disposto no art. 88, caput, da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro (LOMRJ), por meio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes, bem como sobre a aplicação de subvenções e a renúncia de receitas.

No âmbito do TCMRJ, com base no disposto no art. 1º, § 4º, inciso IX, da Resolução TCMRJ n.º 35/2021, cabe à Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento (CAD), órgão da Secretaria Geral de Controle Externo (SGCE), o acompanhamento da execução orçamentária do Município, inclusive das entidades da administração indireta, elaborando boletins periódicos sobre a evolução da receita e despesa.

Dessa forma, o TCMRJ apresenta o boletim de acompanhamento da execução orçamentária do Município do Rio de Janeiro, referente ao exercício de 2021, produzido pela CAD.

Por fim, agradecemos a colaboração de todos os servidores desta Coordenadoria que, diariamente, contribuem para o aprimoramento institucional do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

**Roberto Mauro Chapiro**  
Coordenador Técnico – CAD/SGCE

# Sumário

<b>1. Resultado Orçamentário .....</b>	<b>5</b>
<b>2. Receita Orçamentária .....</b>	<b>6</b>
<b>3. Despesa Orçamentária .....</b>	<b>12</b>
<b>3.1. Despesas por Funções de Governo.....</b>	<b>17</b>

O presente boletim demonstra o desempenho orçamentário da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro no exercício 2021, bem como sua evolução no período de 2017 a 2021. Tem por base os relatórios de despesa e receita, emitidos pela Controladoria Geral do Município (CGM) por meio do Sistema FINCON<sup>1</sup>, conforme Resolução CGM n.º 1.789 de 28/01/2022, publicada no D.O.M. em 31/01/2022, bem como os balancetes orçamentários da PCRJ.

---

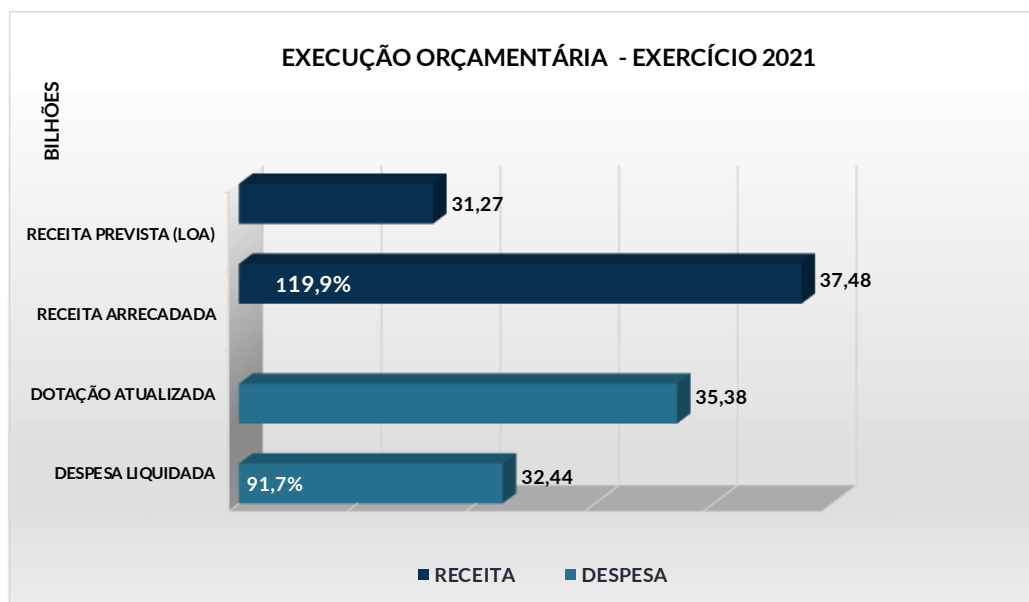
<sup>1</sup> Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária desenvolvido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

# 1. Resultado Orçamentário

O Município do Rio de Janeiro apresentou, no exercício 2021, um superavit orçamentário de R\$ 5,03 bilhões. As receitas arrecadadas representaram 119,9% do montante previsto na Lei Orçamentária<sup>2</sup>, enquanto as despesas empenhadas atingiram 91,7% da dotação atualizada<sup>3</sup>.

EXERCÍCIO 2021				Em R\$
Receita	Prevista (LOA) [A]	Arrecadada [B]	Desempenho [B/A]%	Composição [B/Btot]%
Corrente	30.758.577.001	37.355.031.648	121,4%	99,7%
Capital	509.062.343	120.277.453	23,6%	0,3%
<b>Receita Total</b>	<b>31.267.639.344</b>	<b>37.475.309.100</b>	<b>119,9%</b>	<b>100,0%</b>
Despesa	Dot. Atualizada [C]	Desp. Empenhada [D]	Desempenho [D/C]%	Composição [D/Dtot]%
Corrente	32.768.771.799	30.642.528.140	93,5%	94,5%
Capital	2.507.543.363	1.799.454.346	71,8%	5,5%
Res. Contingência	101.999.771	-	-	-
<b>Despesa Total</b>	<b>35.378.314.934</b>	<b>32.441.982.485</b>	<b>91,7%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Superavit Orç. [B-D]</b>		<b>5.033.326.615</b>		

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM)



<sup>2</sup> Lei n.º 6.842 de 29 de dezembro de 2020 (LOA 2021)

<sup>3</sup> Dotação Atualizada = Despesa fixada na LOA + Créditos Adicionais

Cumpra observar a execução de despesas por meio da utilização do superavit financeiro apurado em Balanço Patrimonial de 2020, no valor de R\$ 471,73 milhões, através da abertura de crédito suplementar, nos termos previstos no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal n.º 4.320/1964, e no art. 112, inciso I, da Lei n.º 207/1980. Excluindo-se do cálculo as despesas executadas com tais créditos, apura-se resultado orçamentário superavitário na ordem de R\$ 5,51 bilhões.

## 2. Receita Orçamentária

A Lei Orçamentária de 2021 estimou em R\$ 30,76 bilhões as Receitas Correntes e em R\$ 509,06 milhões as Receitas de Capital, totalizando R\$ 31,27 bilhões de previsão orçamentária.

Abaixo é apresentada a arrecadação de 2021, por categoria econômica e origem:

EXERCÍCIO 2021 Receita	Em R\$			
	Prevista (LOA) [A]	Arrecadada [B]	Desempenho [B/A]%	Composição [B/Btot]%
<b>Receitas Correntes</b>	<b>30.758.577.001</b>	<b>37.355.031.648</b>	<b>121,4%</b>	<b>99,7%</b>
Receita Tributária	13.119.110.264	14.085.242.600	107,4%	37,6%
ISS	6.235.119.337	6.718.648.787	107,8%	17,9%
IPTU	4.032.583.235	4.112.499.094	102,0%	11,0%
Demais Tributos	2.851.407.692	3.254.094.719	114,1%	8,7%
Receita de Contribuições	5.414.584.561	5.237.183.636	96,7%	14,0%
Receita Patrimonial	327.510.332	4.590.262.772	1401,6%	12,2%
Receita Industrial	10.111.739	4.349.746	43,0%	0,0%
Receita de Serviços	325.170.500	254.283.165	78,2%	0,7%
Transferências Correntes	10.490.088.836	12.185.067.295	116,2%	32,5%
FUNDEB	2.692.887.981	3.536.031.465	131,3%	9,4%
ICMS líquido FUNDEB	2.149.209.515	2.380.137.792	110,7%	6,4%
SUS	2.004.942.942	2.621.069.452	130,7%	7,0%
IPVA líquido FUNDEB	618.381.828	663.772.368	107,3%	1,8%
Outras Transf. Correntes	3.024.666.570	2.984.056.218	98,7%	8,0%
Outras Receitas Correntes	1.072.000.769	998.642.434	93,2%	2,7%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>509.062.343</b>	<b>120.277.453</b>	<b>23,6%</b>	<b>0,3%</b>
Operações de Crédito	261.979.725	16.581.022	6,3%	0,0%
Alienação de Bens	92.650.786	32.742.876	35,3%	0,1%
Amortização de Empréstimos	670.910	19.046	2,8%	0,0%
Transferências de Capital	153.760.922	70.934.510	46,1%	0,2%
Outras Receitas de Capital	-	-	-	0,0%
<b>Receita Total</b>	<b>31.267.639.344</b>	<b>37.475.309.100</b>	<b>119,9%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM)

Observa-se que o total das receitas arrecadadas no período sob análise somou R\$ 37,48 bilhões. Sob a ótica das categorias econômicas, a arrecadação das Receitas Correntes (R\$ 37,36 bilhões) atingiu um desempenho de 121,4% do previsto para o exercício. Já a realização das Receitas de Capital (R\$ 120,28 milhões) foi de 23,6% do valor estimado na LOA.

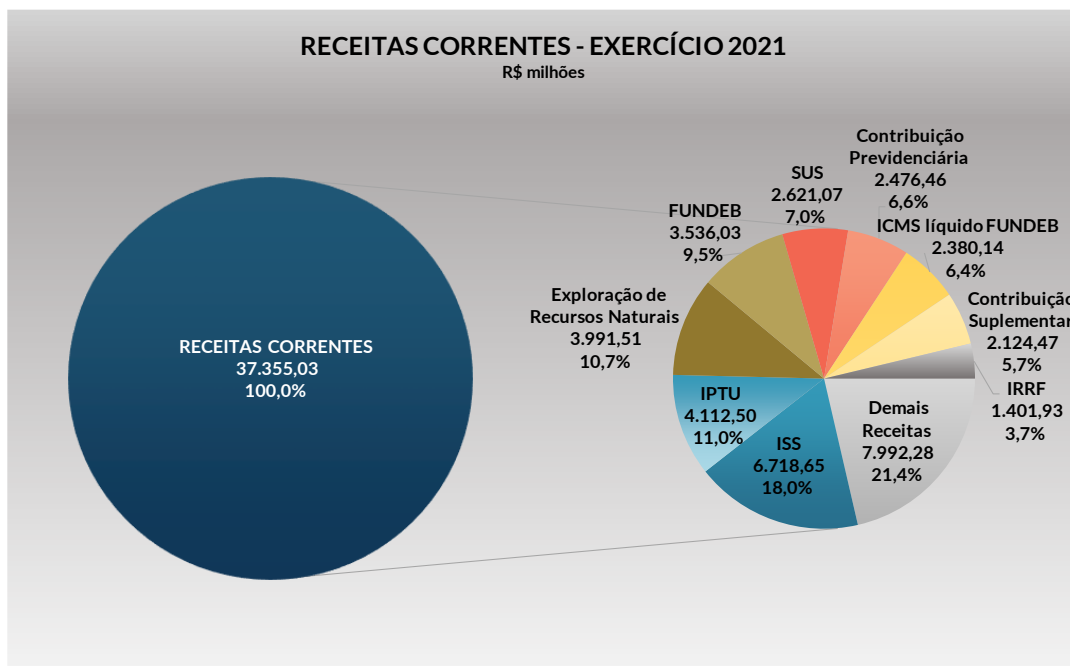
Na tabela a seguir estão apresentadas as maiores arrecadações verificadas no acumulado do ano de 2021.

EXERCÍCIO 2021		Em R\$
Maiores Arrecadações	2021 [A]	Composição [A/Atot]%
<b>Receitas Correntes</b>	<b>37.355.031.648</b>	<b>99,7%</b>
ISS	6.718.648.787	17,9%
IPTU	4.112.499.094	11,0%
Exploração de Recursos Naturais	3.991.505.943	10,7%
FUNDEB	3.536.031.465	9,4%
SUS	2.621.069.452	7,0%
Contribuição Previdenciária	2.476.458.145	6,6%
ICMS Líquido FUNDEB	2.380.137.792	6,4%
Contribuição Suplementar	2.124.469.172	5,7%
IRRF	1.401.934.340	3,7%
Demais Receitas Correntes	7.992.277.459	21,3%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>120.277.453</b>	<b>0,3%</b>
Transferências de Capital	70.934.510	0,2%
Alienação de Bens	32.742.876	0,1%
Operações de Crédito	16.581.022	0,0%
Amortização de Empréstimos	19.046	0,0%
<b>Receita Total</b>	<b>37.475.309.100</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM), com classificações CAD.

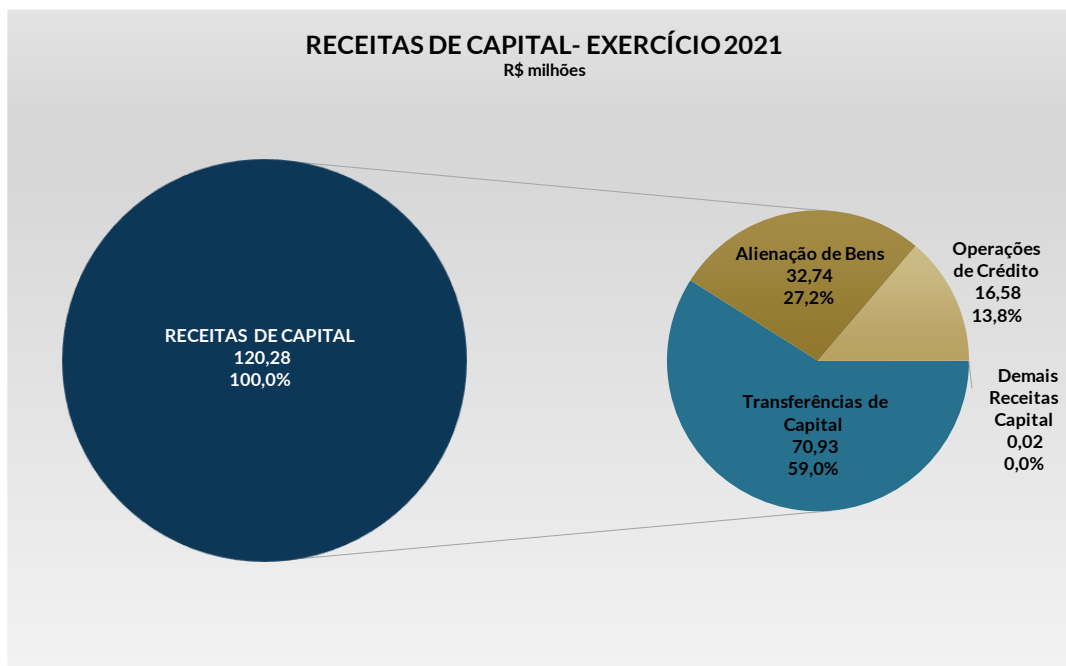
As Receitas Correntes representaram quase que a totalidade do valor arrecadado (99,7%) em 2021, destacando-se as arrecadações oriundas das Receitas Tributárias do ISS e do IPTU, cuja soma importou em R\$ 10,83 bilhões, respondendo por 28,9% do total realizado pelo Município, as Transferências do FUNDEB (R\$ 3,54 bilhões), importando em 9,4% da receita total, e as Transferências de recursos do SUS (R\$ 2,62 bilhões), que representaram 7% da receita total auferida no ano.

Destaca-se, também, o ingresso de R\$ 3,99 bilhões (Receita Patrimonial – Exploração de Recursos Naturais), proveniente da participação do Município na concessão dos serviços de água e esgoto, decorrente do leilão da CEDAE, promovido pelo Estado do Rio de Janeiro.



As Receitas de Capital, aquelas oriundas de contratação de operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos concedidos e transferências de capital, representaram apenas 0,3% do total arrecadado nesse período, com destaque para as “Transferências de Capital”, que somaram R\$ 70,93 milhões, ou seja, 59% do total arrecadado nesta categoria econômica.





A seguir, é demonstrada a série histórica da receita arrecadada nos exercícios de 2017 a 2021, segregada por categorias e origem e atualizada pelo IPCA-E médio do período.

Cabe mencionar que em 2018 foi instituída a nova estrutura de classificação da receita orçamentária, conforme disposto na Portaria Interministerial STN/SOF n.º 5 de 27/08/2015. Portanto, para fins de comparação das séries históricas de arrecadação, foi realizada a convergência dos códigos de receitas do exercício de 2017 (classificação anterior) para a nova classificação em vigor<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> No âmbito do Município do RJ, a CGM editou a Resolução Conjunta CGM/SMF n.º 92 de 23/02/18 que aprovou o novo classificador da receita e da despesa, bem como divulgou a Tabela de Convergência DE-PARA dos códigos de receitas existentes em 2017 e o novo código em 2018.

EXERCÍCIO 2021

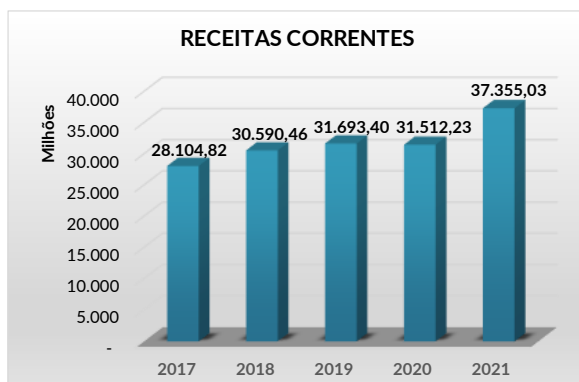
Em R\$ constantes (IPCA-E médio 2021)

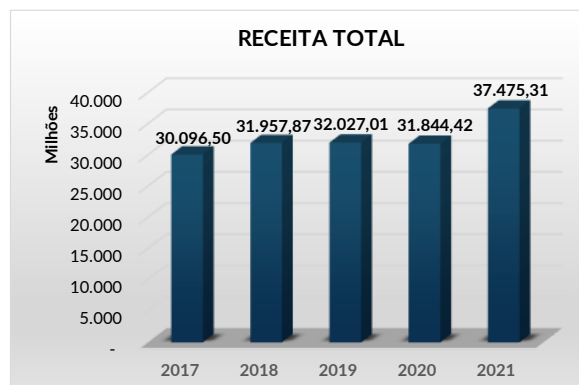
Receita	Arrecadada				
	Valores Constantes				
	2017	2018	2019	2020	2021
<b>Receitas Correntes</b>	<b>28.104.823.454</b>	<b>30.590.456.519</b>	<b>31.693.398.473</b>	<b>31.512.228.804</b>	<b>37.355.031.648</b>
Receita Tributária	12.796.748.218	13.303.898.693	14.280.814.111	13.294.286.708	14.085.242.600
ISS	6.513.789.851	6.651.312.382	6.958.398.874	6.360.256.580	6.718.648.787
IPTU	3.503.098.196	3.757.473.933	4.241.176.765	3.917.640.616	4.112.499.094
Demais Tributos	2.779.860.172	2.895.112.377	3.081.238.472	3.016.389.513	3.254.094.719
Receita de Contribuições	4.274.869.978	4.659.671.122	5.254.983.365	4.790.105.859	5.237.183.636
Receita Patrimonial	880.459.153	509.759.757	457.209.511	318.209.630	4.590.262.772
Receita Industrial	6.510.256	7.211.967	6.196.056	4.158.708	4.349.746
Receita de Serviços	318.111.606	343.848.273	382.222.045	298.740.989	254.283.165
Transferências Correntes	8.681.376.627	9.628.018.035	9.538.482.332	11.591.260.704	12.185.067.295
FUNDEB	2.714.671.700	3.070.129.853	2.925.450.287	2.917.119.828	3.536.031.465
ICMS líquido FUNDEB	2.155.390.183	2.375.109.071	2.132.686.474	2.135.591.185	2.380.137.792
SUS	1.621.603.903	1.707.763.865	1.875.142.851	2.566.785.060	2.621.069.452
IPVA líquido FUNDEB	781.903.469	721.370.902	697.718.389	643.710.953	663.772.368
Outras Transf. Correntes	1.407.807.373	1.753.644.345	1.907.484.332	3.328.053.678	2.984.056.218
Outras Receitas Correntes	1.146.747.616	2.138.048.672	1.773.491.053	1.215.466.205	998.642.434
<b>Receitas de Capital</b>	<b>1.991.677.849</b>	<b>1.367.416.573</b>	<b>333.607.523</b>	<b>332.187.785</b>	<b>120.277.453</b>
Operações de Crédito	1.186.226.045	1.176.258.446	209.492.088	69.152.107	16.581.022
Alienação de Bens	570.495.695	71.806.561	64.110.997	214.361.148	32.742.876
Amortização de Empréstimos	82.038.286	563.024	658.098	297.110	19.046
Transferências de Capital	152.913.654	118.785.631	59.346.339	48.377.421	70.934.510
Outras Receitas de Capital	4.169	2.911	-	-	-
<b>Receita Total</b>	<b>30.096.501.303</b>	<b>31.957.873.091</b>	<b>32.027.005.995</b>	<b>31.844.416.589</b>	<b>37.475.309.100</b>

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM).

Os valores foram atualizados pelo IPCA-E médio do exercício de 2021.

Os gráficos a seguir ilustram a evolução da receita arrecadada por categoria econômica e total.





As receitas totais arrecadadas em 2021 tiveram um acréscimo real (valores atualizados pelo IPCA-E) de 17,7% (R\$ 5,63 bilhões) em relação ao exercício de 2020. Tal aumento se deve principalmente à receita patrimonial de outorga da concessão de saneamento (CEDAE).

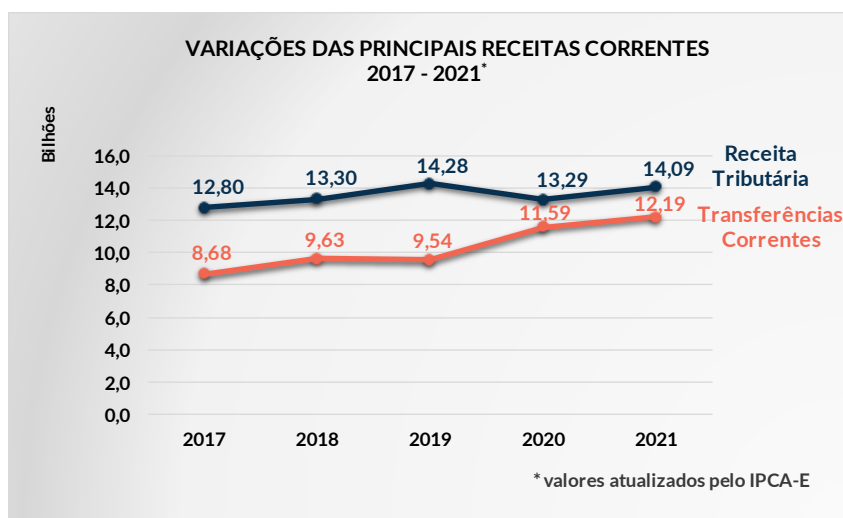
Quanto às Receitas Correntes, a arrecadação no período em análise apresentou incremento de 18,5% em termos reais, o equivalente a R\$ 5,84 bilhões em valores absolutos. Destaca-se o incremento de 1.342,5% na “Receita Patrimonial”, proveniente da participação do Município na concessão dos serviços de água e esgoto, o que gerou uma receita de R\$ 3,99 bilhões em “Exploração de Recursos Naturais”.

Também contribuiu positivamente o crescimento de 5,9% na “Receita Tributária” (R\$ 790,96 milhões), refletindo o aumento na arrecadação dos impostos ISS, IPTU e ITBI, e de 5,1% nas “Transferências Correntes” (R\$ 593,81 milhões), resultado do incremento de 21,2% das transferências do FUNDEB (R\$ 618,91 milhões) e de 11,5% nas transferências da cota-parte do ICMS (R\$ 244,55 milhões). Por outro lado, constata-se queda de 17,8% na arrecadação de “Outras Receitas Correntes” (R\$ 216,82 milhões).

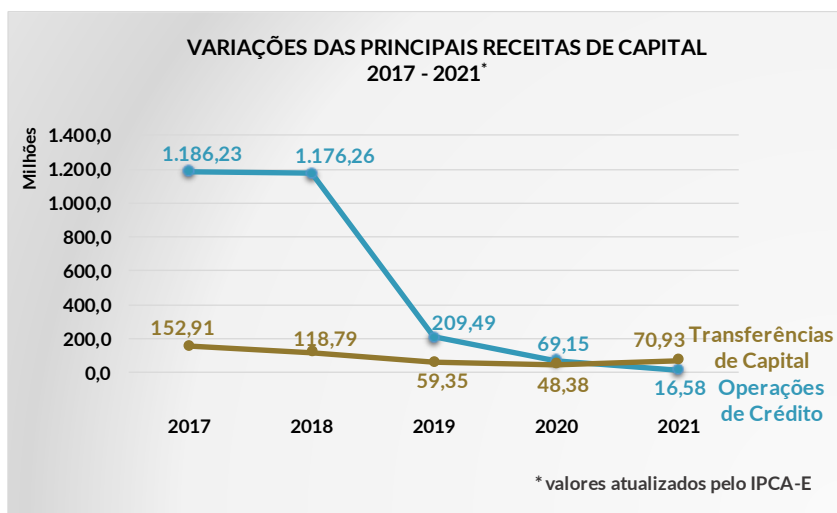
Em relação às Receitas de Capital, constata-se um decréscimo da arrecadação na ordem de 63,8% (R\$ 211,91 milhões) em 2021, quando comparado ao exercício 2020, reflexo da queda de 84,7% na receita de “Alienação de Bens” (R\$ 181,62 milhões) e de 76% nas liberações de “Operações de Crédito” (R\$ 52,57 milhões).

A partir do quadro com a série histórica da arrecadação 2017-2021, verifica-se, na categoria econômica Receitas Correntes, que, para as 2 (duas) origens de receitas mais relevantes (Receita Tributária e Transferências Correntes), a primeira apresentou um incremento de 10,1%, acima da inflação média do período, no acumulado 2017-2021. Já as Transferências Correntes apresentaram crescimento acima da inflação média do período nos últimos dois exercícios em função, dentre outras, do incremento das transferências de recursos do FUNDEB em 2021 e, no caso de 2020, das transferências de recursos do SUS para enfrentamento da COVID-19, das transferências da União no âmbito do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus e das receitas da RIOSAÚDE relativas a

convênios de gestão de unidades de saúde. No período 2017-2021, constata-se um crescimento real de 40,4%.



Em relação à categoria econômica Receitas de Capital, verifica-se a baixa realização das “Operações de Crédito” e “Transferências de Capital” nos últimos exercícios, conforme ilustrado no gráfico a seguir.



### 3. Despesa Orçamentária

A Lei Orçamentária de 2021 fixou, inicialmente, em R\$ 31,27 bilhões a despesa orçamentária, sendo R\$ 29,31 bilhões relativos às Despesas Correntes e R\$ 1,91 bilhão às Despesas de Capital. Estabeleceu, ainda, uma Reserva de Contingência de R\$ 47 milhões.

Após as alterações orçamentárias ocorridas durante o exercício de 2021, verificou-se uma dotação atualizada de R\$ 35,38 bilhões, sendo R\$ 102 milhões em Reserva de Contingência.

As Despesas Correntes representaram 92,6% da dotação atualizada para 2021, destacando-se “Pessoal e Encargos Sociais” e “Outras Despesas Correntes” que, somadas, atingem 90,5% do orçamento total do Município. As Despesas de Capital compõem 7,1% do orçamento e a Reserva de Contingência, 0,3%.



A tabela a seguir apresenta a execução orçamentária das despesas do período, por categoria econômica e grupos de natureza da despesa.

**EXERCÍCIO 2021** Em R\$

Despesa	Despesa Fixada	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Execução	Composição
	(LOA)	[A]	[B]	[B/A]%	[B/Btot]%
<b>Despesas Correntes</b>	<b>29.308.316.200</b>	<b>32.768.771.799</b>	<b>30.642.528.140</b>	<b>93,5%</b>	<b>94,5%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	19.497.508.216	19.832.702.318	19.105.791.412	96,3%	58,9%
Juros e Encargos da Dívida	694.193.235	766.928.160	765.163.691	99,8%	2,4%
Outras Despesas Correntes	9.116.614.749	12.169.141.321	10.771.573.037	88,5%	33,2%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>1.912.323.144</b>	<b>2.507.543.363</b>	<b>1.799.454.346</b>	<b>71,8%</b>	<b>5,5%</b>
Investimentos	727.938.436	1.148.016.769	460.279.202	40,1%	1,4%
Inversões Financeiras	10.744.764	152.724.518	141.809.188	92,9%	0,4%
Amortização da Dívida	1.173.639.944	1.206.802.076	1.197.365.955	99,2%	3,7%
Reserva de Contingência	47.000.000	101.999.771	-	-	-
<b>Total</b>	<b>31.267.639.344</b>	<b>35.378.314.934</b>	<b>32.441.982.485</b>	<b>91,7%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM)

O total das despesas empenhadas atingiu R\$ 32,44 bilhões, sendo executados R\$ 30,64 bilhões em Despesas Correntes (93,5% da dotação atualizada) e R\$ 1,80 bilhão em Despesas de Capital (71,8% da dotação atualizada).

As Despesas Correntes representaram 94,5% do total executado em 2021, destacando-se os grupos “Pessoal e Encargos Sociais” e “Outras Despesas Correntes”, que somaram R\$ 29,88 bilhões, alcançando 92,1% da execução orçamentária.

As Despesas de Capital importaram em 5,5% do total executado, sendo empenhados R\$ 1,20 bilhão (3,7%) em “Amortização da Dívida”, R\$ 460,28 milhões (1,4%) em “Investimentos” e R\$ 141,81 milhões (0,4%) em “Inversões Financeiras”.

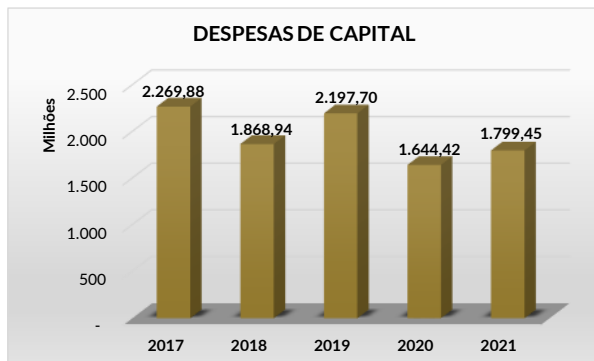
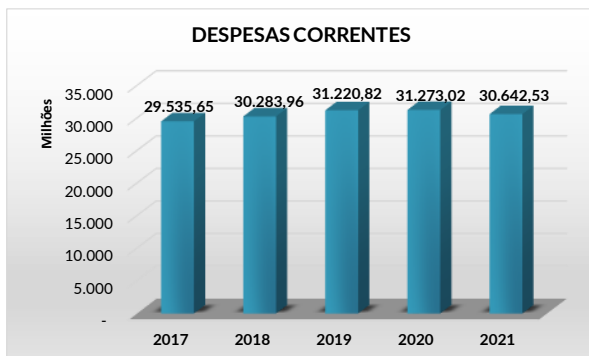
A seguir, é demonstrada a evolução da execução da despesa nos exercícios de 2017 a 2021, segregada nas categorias Corrente e Capital e atualizada pelo IPCA-E médio do período.

**EXERCÍCIO 2021** Em R\$ constantes (IPCA-E médio 2021)

Despesa	Empenhada				
	Valores Constantes				
	2017	2018	2019	2020	2021
<b>Despesas Correntes</b>	<b>29.535.648.931</b>	<b>30.283.961.833</b>	<b>31.220.819.568</b>	<b>31.273.022.534</b>	<b>30.642.528.140</b>
Pessoal e Encargos Sociais	18.591.296.672	18.621.435.837	19.904.960.900	20.325.206.689	19.105.791.412
Juros e Encargos da Dívida	923.884.832	951.200.438	963.992.156	320.961.950	765.163.691
Outras Despesas Correntes	10.020.467.427	10.711.325.557	10.351.866.512	10.626.853.895	10.771.573.037
<b>Despesas de Capital</b>	<b>2.269.880.876</b>	<b>1.868.937.130</b>	<b>2.197.700.537</b>	<b>1.644.418.552</b>	<b>1.799.454.346</b>
Investimentos	910.351.177	845.919.279	891.248.461	751.785.471	460.279.202
Inversões Financeiras	814.725.637	200.801.442	19.847.549	34.291.506	141.809.188
Amortização da Dívida	544.804.063	822.216.409	1.286.604.527	858.341.575	1.197.365.955
<b>Despesa Total</b>	<b>31.805.529.807</b>	<b>32.152.898.963</b>	<b>33.418.520.104</b>	<b>32.917.441.086</b>	<b>32.441.982.485</b>

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM).

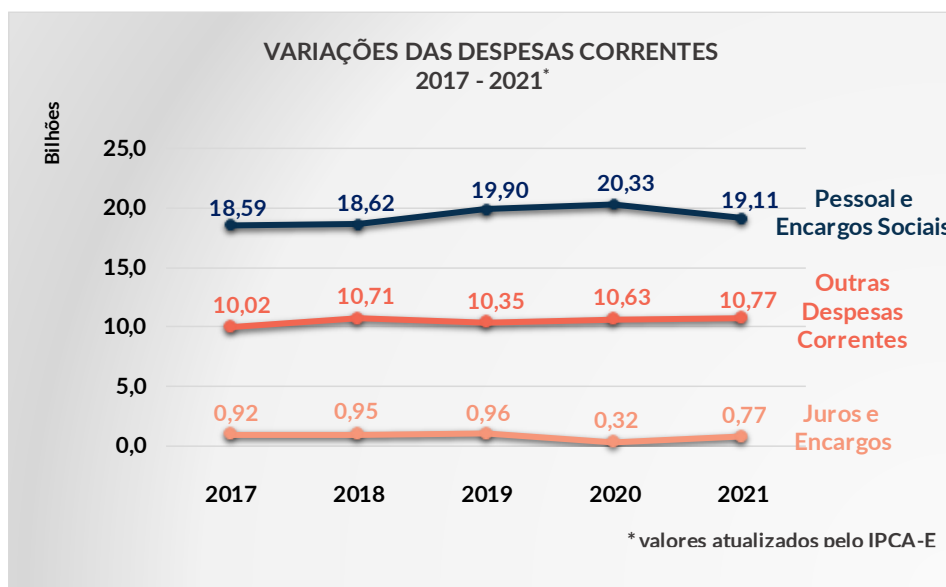
Os valores foram atualizados pelo IPCA-E médio Exercício 2021



As despesas totais empenhadas em 2021 apresentaram recuo (valores atualizados pelo IPCA-E) de 1,4% em relação ao exercício anterior, o equivalente a R\$ 475,46 milhões em valores absolutos.

Em relação às Despesas Correntes, observa-se um decréscimo na ordem de 2% (R\$ 630,49 milhões), resultado da queda de 6% na execução em “Pessoal e Encargos Sociais” (R\$ 1,22 bilhão). Já nos grupos “Juros e Encargos da Dívida” e “Outras Despesas Correntes”, verificou-se um incremento da execução de 138,4% (R\$ 444,20 milhões) e 1,4% (R\$ 144,72 milhões), respectivamente.

Na análise da série histórica, verificam-se as variações ocorridas nas Despesas Correntes entre os exercícios de 2017 e 2021. Ressalta-se que as “Outras Despesas Correntes” apresentaram variação positiva de 7,5% no período de 2017/2021. Já para as despesas de “Pessoal e Encargos Sociais”, apesar da queda na execução no exercício corrente, observa-se um incremento de 2,8%, em termos reais, quando comparado o período 2017/2021.

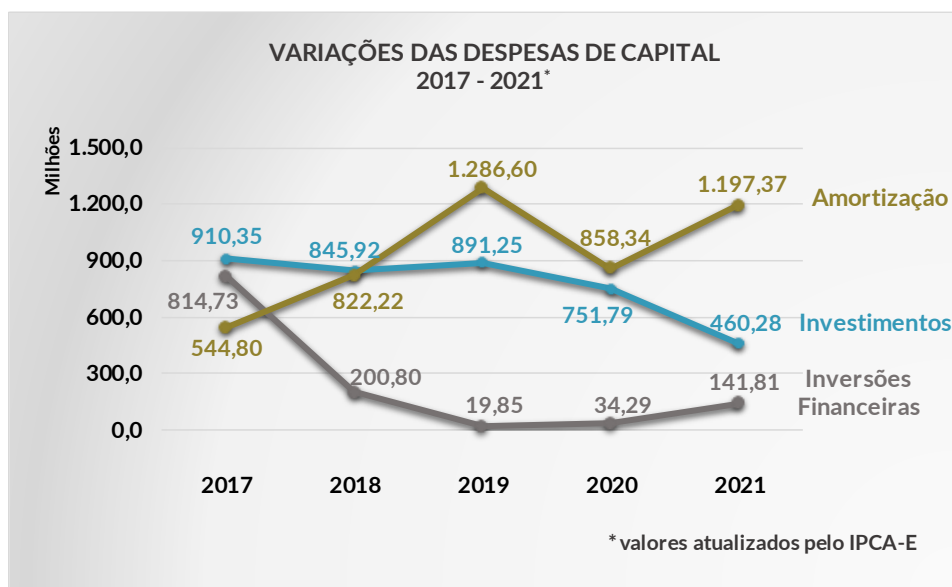


As Despesas de Capital apresentaram incremento de 9,4% (R\$ 155,04 milhões) entre os exercícios de 2020 e 2021, refletindo o acréscimo de 39,5% (R\$ 339,02 milhões) na execução de “Amortização da Dívida”.

Cabe ressaltar que o acréscimo na execução das despesas nos grupos “Juros e Encargos da Dívida” e “Amortização da Dívida”, no ano de 2021, se deu pela retomada dos pagamentos do serviço da dívida dos contratos celebrados com a CEF e o BNDES e da dívida renegociada com a União, suspensos em 2020, com base no disposto na Lei Complementar n.º 173/2020, que estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19).

Na comparação da série histórica 2017/2021, houve decréscimo na execução das Despesas de Capital de 20,7%, explicado pela queda em “Investimento” de 49,4% (R\$ 450,07 milhões) e em “Inversões Financeiras” de 82,6% (R\$ 672,92 milhões). Por outro lado, “Amortização da Dívida” aumentou 119,8% (R\$ 652,56 milhões), ocasionado pelo pagamento de operações de crédito contraídas em exercícios anteriores.





### 3.1. Despesas por Funções de Governo

A aplicação dos recursos da Administração Pública encontra-se aqui examinada por meio das Funções Governamentais, que agregam o nível máximo de ações do Município do Rio de Janeiro no cumprimento dos seus objetivos socioeconômicos.

A classificação funcional segrega as dotações orçamentárias buscando indicar em qual área de ação municipal a despesa foi realizada.

A seguir, é demonstrada a evolução da execução da despesa empenhada, por função de governo, nos exercícios de 2017 a 2021 (valores atualizados pelo IPCA-E médio de 2021).

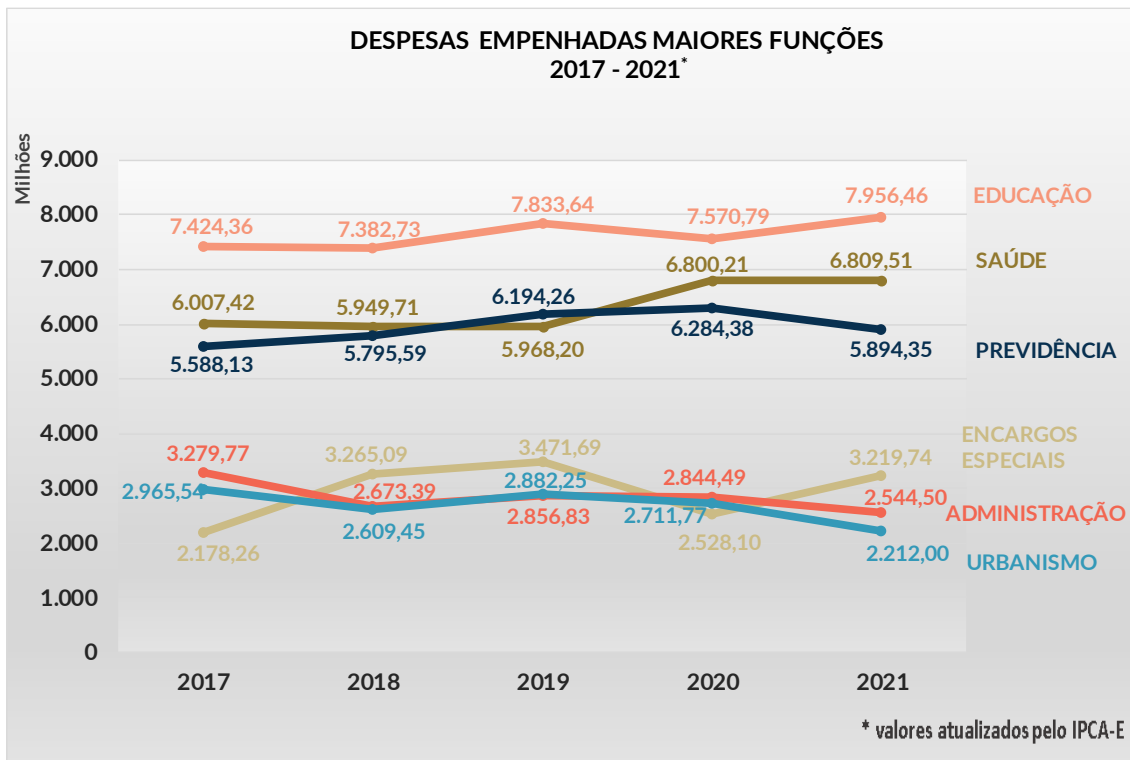
Função	Despesas Empenhadas					Composição 2021 [Emp/EmpTot]%
	Valores Constantes					
	2017	2018	2019	2020	2021	
12 - EDUCACAO	7.424.363.825	7.382.731.920	7.833.639.365	7.570.788.592	7.956.455.653	24,5%
10 - SAUDE	6.007.419.273	5.949.706.739	5.968.199.029	6.800.207.213	6.809.513.218	21,0%
09 - PREVIDENCIA SOCIAL	5.588.129.367	5.795.590.750	6.194.256.286	6.284.382.685	5.894.348.716	18,2%
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	2.178.255.997	3.265.092.182	3.471.692.074	2.528.104.831	3.219.736.964	9,9%
04 - ADMINISTRACAO	3.279.765.821	2.673.385.058	2.856.834.548	2.844.490.345	2.544.504.649	7,8%
15 - URBANISMO	2.965.544.685	2.609.449.897	2.882.252.213	2.711.770.893	2.212.002.728	6,8%
01 - LEGISLATIVA	1.053.962.261	960.971.269	957.619.944	952.536.243	870.887.386	2,7%
08 - ASSISTENCIA SOCIAL	733.865.302	704.633.294	773.823.842	875.467.240	788.638.777	2,4%
06 - SEGURANCA PUBLICA	617.872.666	613.347.565	640.618.888	626.270.968	576.704.538	1,8%
17 - SANEAMENTO	744.270.435	859.489.573	800.203.185	701.680.559	570.817.928	1,8%
26 - TRANSPORTE	274.962.558	360.722.118	247.534.170	274.862.059	311.745.240	1,0%
13 - CULTURA	216.181.052	189.542.251	166.695.659	182.392.579	172.461.758	0,5%
02 - JUDICIARIA	156.332.323	266.620.532	198.698.084	205.096.190	152.177.370	0,5%
11 - TRABALHO	18.225.221	25.898.120	24.794.540	21.139.702	80.125.344	0,2%
23 - COMERCIO E SERVICOS	114.407.209	103.201.371	94.520.336	78.071.214	76.820.858	0,2%
18 - GESTAO AMBIENTAL	115.316.641	113.229.386	109.978.169	101.448.231	70.390.758	0,2%
27 - DESPORTO E LAZER	32.060.026	35.206.278	36.446.163	32.901.799	53.048.272	0,2%
16 - HABITACAO	248.155.629	208.991.697	119.036.283	83.412.646	44.816.002	0,1%
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	2.065.184	14.284.792	15.923.833	23.565.930	18.862.339	0,1%
19 - CIENCIA E TECNOLOGIA	24.850.580	13.130.778	19.043.438	12.679.596	12.933.933	0,0%
22 - INDUSTRIA	9.523.750	7.673.393	6.710.056	6.171.571	4.990.057	0,0%
<b>Despesa Total</b>	<b>31.805.529.807</b>	<b>32.152.898.963</b>	<b>33.418.520.104</b>	<b>32.917.441.086</b>	<b>32.441.982.485</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM)

Os valores foram atualizados pelo IPCA-E médio do Exercício de 2021.

No exercício de 2021, as funções “Educação”, “Saúde”, “Previdência Social”, “Encargos Especiais”, “Administração” e “Urbanismo” representaram 88,3% do montante das despesas empenhadas.

O gráfico a seguir apresenta a evolução das despesas nessas funções nos exercícios de 2017 a 2021.



Com relação às despesas empenhadas por funções, pode-se destacar:

- **Função Educação** – apresentou um acréscimo de R\$ 385,67 milhões nos valores empenhados em 2021, quando comparados ao montante executado em 2020, representando um incremento de 5,1%, descontada a inflação do período. As variações mais expressivas ocorreram nos programas “Modernização da Gestão e Melhoria da Infraestrutura na Educação”, com incremento nos empenhos na ordem de R\$ 728,20 milhões e “Gestão Administrativa – Capital Humano na Formação do Carioca”, com queda nos valores empenhados de R\$ 377,57 milhões, quando comparada a execução dos exercícios de 2020 e 2021.

Em relação à série histórica, verifica-se um incremento de 7,2%, em termos reais, na execução da Função Educação, quando comparados os exercícios de 2017 e 2021.

**Função Saúde** - verifica-se que o montante empenhado em 2021 ficou no mesmo patamar da execução em 2020, apresentando leve acréscimo de R\$ 9,31 milhões, o que representou um incremento de 0,1%, descontada a inflação do período. As principais variações foram verificadas nos programas “Atenção Primária à Saúde” (incremento de R\$ 129,74 milhões), “Governança Hospitalar e Urgência e Emergência” (incremento de R\$ 57,34 milhões) e “Atenção Hospitalar” (decréscimo de R\$ 199,54 milhões).

No período de 2017-2021, houve aumento na execução desta função de 13,4%, o equivalente a R\$ 802,09 milhões em valores absolutos.

- **Função Previdência Social** – os valores empenhados em 2021 apresentaram queda de 6,2%, equivalente a R\$ 390,03 milhões em valores absolutos. No acumulado do período 2017-2021, observou-se crescimento real de 5,5% (R\$ 306,22 milhões).

As obrigações com aposentadorias e pensões são as despesas com maior representatividade nesta função, respondendo por 96,1% da execução em 2021.

- **Função Encargos Especiais** – constata-se que o montante empenhado em 2021 foi 27,4% (R\$ 691,63 milhões) superior ao executado em 2020, em decorrência, principalmente, do incremento das despesas com a dívida interna contratual e seus encargos, dado que em 2020 houve a suspensão dos pagamentos do serviço da dívida dos contratos celebrados com a CEF e o BNDES (a partir do mês de abril) e da dívida renegociada com a União (a partir de junho), já mencionado anteriormente.

Ressalta-se, ainda, a queda de 54,3% na execução da ação “Precatórios Judiciais – TJERJ”, o equivalente a R\$ 275,24 milhões em valores absolutos.

Em relação à série histórica, o aumento da despesa nesta função foi de 47,8% (R\$ 1,04 bilhão).

- **Função Administração** – apresentou um decréscimo de 10,5% (R\$ 299,99 milhões) nos valores empenhados em 2021, quando comparado ao exercício anterior.

As principais variações nesta função foram nas ações “Gastos com Pessoal – Obrigações Patrimoniais e Outros Benefícios” (redução de R\$ 117,75 milhões), “Provisão de Gastos com Pessoal – Governança para os Cidadãos” (queda de R\$ 107,70 milhões) e “Publicidade, Propaganda e Comunicação Social” (menos R\$ 52,44 milhões).

Para o período 2017-2021, a redução foi de 22,4% que, em valores absolutos, equivalem a R\$ 735,26 milhões.

- **Função Urbanismo** – apresentou decréscimo de 18,4% (R\$ 499,77 milhões) nas despesas empenhadas em 2021 em comparação ao ano de 2020. As reduções mais significativas ocorreram nos programas “Gestão Administrativa – Rio Verde, Limpo e Saudável” (R\$ 166,29 milhões), “Conserva Rio” (R\$ 119,84 milhões) e “Expansão do Sistema de Transportes” (R\$ 102,97 milhões).

Na análise da série histórica, houve uma queda nos empenhos na ordem de 25,4% (R\$ 753,54 milhões).